

FRE

Formulário de Referência

Companhia: BRAZILIAN SECURITIES CIA SECURITIZACAO

Data Entrega: 05/06/2020

Data Referência: 01/01/2020

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

1.2 – Declaração do Diretor Presidente

1.3 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

1.4 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

2. Auditores Independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração dos Auditores

2.3 - Outras informações relevantes - Auditores

3. Informações Financeiras selecionadas

3.1 - Informações Financeiras

3.2 - Medições Não Contábeis

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.4 - Política destinação de resultados

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.7 - Nível de endividamento

3.8 - Obrigações

3.9 - Outras informações relevantes

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.7 - Outras contingências relevantes

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.3 - Descrição dos controles internos

5.4 - Alterações significativas

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

6.3 - Breve histórico

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 - Outras informações relevantes

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.8 - Políticas socioambientais

7.9 - Outras informações relevantes

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

9.2 - Outras informações relevantes

10. Comentários de Diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 - Plano de negócios

10.9 - Outros fatores com influência relevante

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

12. Assembléia e Administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

12.7/8 - Composição dos comitês

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.13 - Outras informações relevantes

13. Remuneração dos Administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.16 - Outras informações relevantes

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.2 - Alterações relevantes-Recursos humanos

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.5 - Outras informações relevantes

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária

15.3 - Distribuição de capital

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.7 - Principais operações societárias

15.8 - Outras informações relevantes

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.4 - Outras informações relevantes

17. Capital Social

17.1 - Informações sobre o capital social

17.2 - Aumentos do capital social

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

17.5 - Outras informações relevantes

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos das ações

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.8 - Títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.12 - Outras informações relevantes

19. Planos de Recompra/Tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

20. Política de Negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

20.2 - Outras informações relevantes

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.4 - Outras informações relevantes

1.1 - DECLARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Carlos Eduardo Pereira Guimarães	Diretor Presidente
Mauro Dutra Mediano Dias	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- reviram o formulário de referência
- todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

Declaração do Diretor Presidente

Eu, **CARLOS EDUARDO PEREIRA GUIMARÃES**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 93762466, expedida pela IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 020.396.747-05, na qualidade de Diretor Presidente da Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Companhia”), de acordo com Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, declaro que:

- a. Revi o presente Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas neste Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 05 de junho de 2020.



Carlos Eduardo Pereira Guimarães

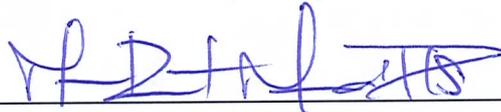
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **MAURO DUTRA MEDIANO DIAS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 202726683, expedida pela DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 122.531.947-19, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do Banco PAN S.A. ("Companhia"), de acordo com Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, declaro que:

- a. Revi o presente Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas neste Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

São Paulo, 05 de junho de 2020.



Mauro Dutra Mediano Dias
Diretor de Relações com Investidores

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
BDO RCS Auditores Independentes	54.276.936/0001-79	01032-4	Nacional

Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:
07/03/2017	

Descrição Serviço Contratado:

BDO prestou serviços de auditoria das demonstrações contábeis. Revisões limitadas das ITRs, conforme requerimento da CVM.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2018: R\$ 130.000,00. Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2017: R\$ 156.061,23.

Justificativa da substituição:

Rodízio de Auditoria

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:

Não Aplicável

Jairo da Rocha Soares		880.740.218-15	
Endereço para correspondência			
Logradouro	Rua Major Quedinho, 90		
Complemento	None	Bairro	Consolação
Município	None	UF	AC
País	Brasil	CEP	01050-030
DDD	11	Telefone	3848-5880
DDD	11	Telefone	3045-7363
Email	jairo.soares@bdobrazil.com.br		

2.1/2.2 - IDENTIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES

Nome/Razão Social Auditor	CPF/CNPJ	Código CVM	Tipo
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	61.562.112/0001-20	00287-9	Nacional

Início Contratação Serviço:	Fim Contratação Serviço:
15/04/2019	

Descrição Serviço Contratado:

A PWC prestou serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço:

Trabalhos contratados relacionados à auditoria em 2019: R\$ 274.000,00.

Justificativa da substituição:

Em função de remanejamento (rodízio) interno na PWC, fez se necessária a troca do auditor responsável técnico, informamos a substituição de Carlos Augusto da Silva, CPF 507.225.816-53, por Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev, CPF 249.758.218-18, para os trabalhos de auditoria iniciados a partir de 15 de abril de 2019.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor:

Não se aplica

Carlos Augusto da Silva		507.225.816-53	
Endereço para correspondência			
Logradouro	Av. Francisco Matarazzo, 1400		
Complemento	None	Bairro	Torre Torino
Município	São Paulo	UF	SP
País	Brasil	CEP	05001-903
DDD	011	Telefone	3674-2000
DDD	011	Telefone	3674-2060
Email	carlos_augusto.silva@br.pwc.com		

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev		249.758.218-18	
Endereço para correspondência			
Logradouro	Av. Francisco Matarazzo, 1400		
Complemento	Torre Torino	Bairro	Agua branca
Município	São Paulo	UF	SP

País	Brasil	CEP	05001-100
DDD	11	Telefone	3674-2000
DDD	11	Telefone	3674-2060
Email	tatiana.fernandes@pwc.com		

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em abril de 2019, foi celebrado contrato com a PwC para a prestação de serviços de auditoria externa da Brazilian Securities, considerando a emissão dos relatórios sobre as demonstrações contábeis trimestrais, semestrais e anuais de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

3.1 - INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Real / Unidade	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	222.706.582,06	221.899.391,80	220.361.830,72
Ativo Total	233.340.626,92	230.764.513,60	236.208.682,46
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	12.440.435,51	17.686.766,01	61.516.478,93
Resultado Bruto	1.550.565,60	2.704.861,98	14.790.795,90
Resultado Líquido	1.058.610,18	1.819.275,36	9.761.726,17
Número de Ações, Ex- Tesouraria	77.864.966,00	77.864.966,00	77.864.966,00
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	2,86	2,85	2,83
Resultado Básico por Ação	0,01	0,02	0,13
Resultado Diluído por Ação	0,01	0,02	0,12

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis:

A Companhia não divulga quaisquer medições não contábeis.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A Companhia não divulga quaisquer medições não contábeis.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A Companhia não divulga quaisquer medições não contábeis.

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 – Evento subsequente.

3.4 Descrever a política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

A regra adotada pela Companhia, inclusive para os 3 (três) últimos exercícios sociais, sobre retenção de lucros foi a seguinte: Conforme previsto no artigo 25, parágrafo 1º, do estatuto social da Companhia, do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Ainda conforme previsto no mesmo artigo 25, parágrafo 3º, do estatuto social da Companhia, após atendidas as disposições legais, o saldo remanescente terá a destinação determinada pela assembleia geral dos acionistas, observada a legislação aplicável.

a.i Valores das retenções de lucros

	2019	2018	2017
Retenções de Lucros	754.259,75	1.296.233,69	7.026.140,41
Reserva Legal	52.930,51	90.963,77	475.754,05
	807.190,26	1.387.197,46	7.501.894,46

a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados

	2019	2018	2017
Retenções de Lucros	71,20%	71,30%	72,00%
Reserva Legal	5,00%	5,00%	5,00%

b. Regras sobre distribuição de dividendos

A regra adotada pela Companhia, inclusive para os 3 (três) últimos exercícios sociais, sobre distribuição de dividendos foi a seguinte: conforme estabelecido no artigo 25, parágrafo 2º de seu estatuto social, o qual estabelece que os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

A regra adotada pela Companhia, inclusive para os 3 (três) últimos exercícios sociais, para periodicidade das distribuições de dividendos foi a seguinte: a distribuição é anual, contudo, conforme previsto no artigo 25, parágrafo 4º de seu estatuto social, a Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento aos requisitos legais ou para atender aos interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

- d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Não houve restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial nos três últimos exercícios sociais.

- e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia observa as regras sobre destinação de resultados previstas na legislação vigente, notadamente o disposto na Lei nº 6.404/76, bem como o previsto em seu Estatuto Social, não possuindo política de destinação de resultados específica e formalmente aprovada.

3.5 - DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E RETENÇÃO DE LUCROS LÍQUIDO

Exercício Social: 01/01/2019 até 31/12/2019

Lucro líquido ajustado (Unidade)	1.005.679,67	Dividendo Distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,00
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,47533852	Dividendo distribuído total (Unidade)	251.419,92
Lucro líquido retido (Unidade)	754.259,75	Data aprovação da retenção	31/12/2019

Espécie Ação: Ordinária

Classe Ação		Dividendo Distribuído	Dividendo Obrigatório
Montante (Unidade)	251.419,92	Pagamento Dividendo	31/12/2020

Exercício Social: 01/01/2018 até 31/12/2018

Lucro líquido ajustado (Unidade)	1.728.311,59	Dividendo Distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,00
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,81986496	Dividendo distribuído total (Unidade)	432.077,90
Lucro líquido retido (Unidade)	1.296.233,69	Data aprovação da retenção	26/04/2019

Espécie Ação: Ordinária

Classe Ação		Dividendo Distribuído	Dividendo Obrigatório
Montante (Unidade)	432.077,90	Pagamento Dividendo	31/12/2019

Exercício Social: 01/01/2017 até 31/12/2017

Lucro líquido ajustado (Unidade)	9.273.639,86	Dividendo Distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	24,37
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	4,42986253	Dividendo distribuído total (Unidade)	2.259.831,71
Lucro líquido retido (Unidade)	7.013.808,15	Data aprovação da retenção	27/04/2018

Espécie Ação: Ordinária

Classe Ação		Dividendo Distribuído	Dividendo Obrigatório
Montante (Unidade)	2.259.831,71	Pagamento Dividendo	31/12/2018

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Não houve, nos últimos 3 exercícios sociais, dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Exercício Social - 01/01/2019 até 31/12/2019

Montante total da dívida, de qualquer natureza	Índice de endividamento	Tipo de índice
10.634.044,86 (Real)	0.04774900	Índice de Endividamento

3.8 - OBRIGAÇÕES

Exercício Social 2019

Tipo	Inferior a um ano (Unidade)	Um a três anos (Unidade)	Três a cinco anos (Unidade)	Superior a cinco anos (Unidade)	Total (Unidade)
	676.732,56	0,00	0,00	0,00	676.732,56
Total (Real)	676.732,56	0,00	0,00	0,00	676.732,56

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

A Companhia pode não ser bem-sucedida na consecução de sua estratégia de crescimento caso não consiga investir os recursos disponíveis e captados no longo prazo

A Companhia espera conseguir empregar todos os recursos disponíveis e captados em um prazo adequado, baseando sua estratégia em manter rentabilidade e posição de mercado na emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”). É possível que sua estratégia se mostre parcial ou integralmente incorreta e que, com isso, enfrente eventos que possam afetar adversamente os resultados esperados. Estes eventos adversos podem incluir: (i) a ausência de desenvolvimento contínuo dos mercados imobiliários e de financiamento imobiliário no Brasil; (ii) não ter sucesso ao administrar a ampliação das operações no prazo projetado; (iii) não ter êxito na adaptação a novas tendências do financiamento imobiliário; (iv) o aumento da competição no mercado de financiamento imobiliário, que pode elevar custos e reduzir lucros; e/ou (v) riscos assemelhados ao mercado do Agronegócio.

A Companhia é diretamente controlada por um único acionista, tal relacionamento poderá ter um efeito adverso relevante sobre as atividades da Companhia

A Companhia é controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. (“Banco PAN”, “PAN” ou “Controlador”). Neste sentido, a Companhia é sensivelmente influenciada pelos resultados e atividades do PAN. Além disso, existem transações financeiras entre a Companhia e seu Controlador e, conseqüentemente, caso haja qualquer impacto negativo sobre as condições financeiras e patrimoniais do PAN, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia também poderão ser impactadas. Ademais, qualquer mudança de controle poderá ter efeito adverso relevante sobre a administração da Companhia e, conseqüentemente, sobre os resultados de suas operações e sua situação financeira.

O crescimento futuro da Companhia poderá exigir capital adicional, que poderá não estar disponível ou, caso disponível, poderá não estar em condições satisfatórias

Se os recursos atualmente disponíveis forem insuficientes para financiar suas futuras exigências operacionais, a Companhia poderá precisar de recursos adicionais, proveniente de diferentes fontes de financiamentos, tendo em vista o crescimento e desenvolvimento futuros de suas atividades. Não se pode assegurar a disponibilidade de capital adicional ou, se disponível, que o mesmo terá condições satisfatórias. A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento futuro das atividades, o que poderia vir a prejudicar de maneira relevante a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Manutenção do Registro de Companhia Aberta

A Companhia opera no mercado desde 2000. A sua atuação como securitizadora de emissões de CRI e CRA depende da manutenção de seu registro de companhia aberta junto à CVM e das respectivas autorizações societárias. Caso a Companhia não atenda aos requisitos exigidos pela CVM em relação à manutenção do seu registro de companhia aberta, sua autorização poderá ser suspensa ou mesmo cancelada, afetando assim as emissões de valores mobiliários.

O acionista controlador da Companhia poderá ter interesses conflitantes com os interesses de futuros investidores

Caso a Companhia venha a ter outros acionistas controladores, e eles votem como um único bloco, terão poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do conselho de administração e determinar o resultado das deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive nas operações com partes relacionadas, reorganizações societárias e pagamento de quaisquer dividendos. O interesse dos acionistas controladores, ou de seus eventuais sucessores, poderá diferir dos interesses dos demais acionistas da Companhia.

Estrutura e Canais de Atendimento compartilhados com seu Controlador

Para prestar atendimento a seus clientes, em certas oportunidades, a Companhia se utiliza de instalações, pessoal e infraestrutura do seu Controlador. Sendo assim, decisões do PAN no sentido de alterar a configuração das suas instalações, dos seus canais e da sua infraestrutura compartilhada poderão afetar negativamente os negócios e resultados da Companhia.

Danos à sua reputação podem prejudicar os negócios e perspectivas da Companhia

A Companhia é dependente de sua boa imagem e da credibilidade no mercado para gerar negócios. Diversos fatores podem causar danos à sua reputação e gerar uma percepção negativa da instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, supervisores, parceiros comerciais e outros públicos, como o não cumprimento de obrigações legais, vendas irregulares para clientes, envolvimento com fornecedores externos com postura ética questionável, vazamento de informações de clientes, má conduta de seus colaboradores e falhas na gestão de riscos, dentre outros. Além disso, algumas ações significativas, tomadas por terceiros, como concorrentes ou outros participantes do mercado, podem, indiretamente, abalar a reputação da Companhia perante clientes, investidores e o mercado em geral. Danos à sua reputação podem afetar, adversamente e de maneira relevante, seus negócios e clientes em potencial.

A Companhia está sujeita a erros ou problemas operacionais que poderão afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais

A Companhia está exposta a variados riscos operacionais, incluindo riscos de fraude por parte de seus empregados ou terceiros, falhas em documentar apropriadamente suas operações e falhas em seus equipamentos e sistemas. Eventuais erros ou problemas operacionais poderão afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira e resultados operacionais.

As falhas operacionais, inclusive aquelas resultantes de erros humanos e fraudes, não apenas aumentam os custos e causam prejuízos, como também podem promover conflitos com clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização, e todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, a reputação e os resultados da Companhia.

Interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação e comunicação e a falta de integração e redundância nestes sistemas poderão afetar adversamente as operações da Companhia

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação e comunicação. A infraestrutura de tecnologia da informação está concentrada na sede da Companhia em São Paulo, com um site de contingência que possui redundância de parte de seus sistemas. Os computadores e sistemas de comunicações podem ser danificados ou ter seu funcionamento interrompido por falhas próprias ou por incêndio, enchente, falta de energia, falha no atendimento prestado pelas operadoras de telecomunicações, vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, e por demais fatos ou ocorrências semelhantes. Qualquer um desses eventos pode causar interrupção nos sistemas, atrasos e perda de dados essenciais, vindo a prejudicar as operações da Companhia. Os sistemas da Companhia não são totalmente redundantes e o plano de recuperação de desastres pode não ser suficiente para todas as eventualidades. Além disso, a Companhia pode ter cobertura de seguro inadequada ou limites de seguro inadequados para ressarcir-la dos prejuízos decorrentes de uma interrupção de maior efeito. Qualquer um desses eventos pode prejudicar a reputação da Companhia, ser dispendioso e demorado para ser corrigido, e afetar adversamente suas operações e situação financeira.

b. Seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Eventos negativos relacionados aos controladores podem afetar os negócios da Companhia

Eventos negativos relacionados aos controladores, diretos ou indiretos, poderão ter um efeito adverso relevante sobre as atividades da Companhia.

O conflito ou a falta de consenso entre os controladores indiretos pode afetar negativamente os negócios da Companhia

O controle indireto da Companhia é compartilhado pela entre a Caixapar Participações S.A. ("Caixapar") e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), em virtude do Acordo de Acionistas celebrado entre ambos. A ocorrência de conflito ou discordância entre os controladores pode levar a situações de impasse, as quais podem afetar negativamente a Companhia.

c. aos acionistas da Companhia

A política de dividendos da Companhia poderá, por vezes, ser alterada, o que poderá ter um efeito adverso relevante em sua posição financeira e nos resultados das operações

A Companhia deverá pagar aos seus acionistas dividendos que representem no mínimo 25% de seu lucro líquido anual depois de efetuadas as deduções previstas. A política de dividendos, inclusive dividendos compulsórios mínimos, poderá ser alterada de tempos em tempos. Não se pode assegurar que os acionistas não decidirão mudar futuramente a política de dividendos da Companhia, e que qualquer aumento nos dividendos não terá um efeito adverso sobre os resultados das operações da Companhia e sua posição financeira.

d. às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia não possui empresas controladas e coligadas.

e. aos fornecedores da Companhia

Impactos decorrentes de atividades dos fornecedores da Companhia

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para a realização de atividades como auditoria, agente fiduciário, banco mandatário/liquidante, agente escriturador, dentre outros, que prestam serviços diversos. Caso algum destes prestadores de serviços sofra processo de falência, aumente significativamente seus preços ou não preste serviços com a qualidade e agilidade esperada pela Companhia, poderá ser necessária a substituição do prestador de serviço e se não houver empresa disponível no mercado para que possa ser feita uma substituição satisfatória, a Companhia deverá atuar diretamente no sentido de montar uma estrutura interna, o que demandará tempo e recursos e poderá afetar adversamente o relacionamento entre a Companhia e os Investidores.

f. aos clientes da Companhia

O aumento da inadimplência de devedores dos recebíveis adquiridos poderá afetar seus resultados

A capacidade conjunta dos devedores dos recebíveis adquiridos de honrar pontualmente suas obrigações é diretamente relacionada ao desempenho da atividade econômica e da renda no país. Situações de crise econômica ou o fraco desempenho da economia poderão gerar aumento da inadimplência destas operações, que por sua vez pode impactar negativamente os negócios e situação financeira da Companhia.

g. aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Mudanças no ambiente macroeconômico decorrentes da pandemia do Coronavírus (“COVID-19”) podem afetar negativamente os resultados da Companhia

A recente pandemia do COVID-19 tem provocado impactos relevantes na economia global e local, afetando o consumo e a atividade econômica dos países de forma geral. Bancos Centrais de todo o mundo têm adotado ações de estímulo monetário e expansão fiscal na tentativa de minimizar os impactos da crise, que já sinaliza um possível cenário de recessão na economia mundial em 2020.

No Brasil, o avanço da pandemia tem refletido na deterioração do ambiente macroeconômico, ocasionando a queda da demanda por produtos e serviços, desaceleração do PIB (Produto Interno Bruto), aumento do desemprego, aumento da dívida pública, além da desvalorização do câmbio, queda da inflação e da taxa de juros, que atingiu a mínima histórica após dois cortes consecutivos pelo Copom (de 4,25% para 3,75% em março de 2020 e de 3,75% para 3,00% em maio de 2020).

Diante deste cenário, o Bacen, o CMN e o Governo Federal vêm tomando diversas medidas para melhorar as condições de liquidez do Sistema Financeiro Nacional e minimizar os impactos da volatilidade no mercado cambial e no consumo de capital dos bancos. No entanto, as incertezas com relação à duração e intensidade da crise, bem como à efetividade das medidas anunciadas impossibilita a mensuração e extensão dos impactos da pandemia sobre as condições macroeconômicas locais.

A Companhia não tem como controlar ou prever quais serão as medidas ou políticas adotadas pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais em resposta à crise atual e seus eventuais desdobramentos, nem como tais medidas e intervenções podem afetar a evolução de seus negócios. O cenário de crise pode impactar significativamente as operações e as condições de liquidez da Companhia, podendo ainda afetar o perfil de inadimplência dos seus recebíveis e a demanda por seus produtos, o que pode afetar, de forma adversa, os resultados da Companhia.

As operações realizadas pela Companhia concentram-se majoritariamente no setor imobiliário, o qual é suscetível a crises econômico-financeiras e cuja demanda apresenta correlação direta com o desempenho macroeconômico do País. Desta forma, a ocorrência de uma crise econômica que implique na redução da demanda no setor imobiliário poderá afetar negativamente a capacidade de pagamento dos CRI e, conseqüentemente, os resultados da Companhia.

A Companhia também possui operações relacionadas ao agronegócio brasileiro, que está suscetível a perdas em decorrência de fatores como: condições climáticas desfavoráveis, redução de preços de commodities nos mercados nacional e internacional, alterações nas políticas de concessão de crédito público ou privado para produtores rurais, invasões e ocupações de terrenos agrícolas, dentre outros. A ocorrência de quaisquer desses fatores pode afetar a capacidade de produção do setor agrícola em geral, impactando negativamente a capacidade de pagamento dos CRA.

A economia do Brasil é vulnerável a choques externos que podem ter um efeito adverso importante sobre o crescimento econômico do Brasil, sobre os negócios da Companhia e sobre seu resultado operacional

A globalização do mercado de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. A crise econômica que atingiu o Brasil em 2014 levou à redução da liquidez, problemas no mercado de crédito e recessão econômica nos países desenvolvidos, o que afetou negativamente os mercados emergentes. As perdas financeiras e deficiências de caixa, as falências de instituições financeiras e não financeiras e uma diminuição na confiança dos agentes econômicos aumentaram a aversão ao risco e levaram a concessão de empréstimos mais cautelosa.

Além disso, problemas fiscais em vários países, especialmente na Europa, intensificaram as preocupações quanto à sustentabilidade fiscal de economias mais frágeis e reduziu a confiança dos investidores internacionais, trazendo volatilidade aos mercados. Esse ambiente pode produzir uma evasão de investimentos estrangeiros no Brasil, fazendo com que as companhias brasileiras enfrentem custos mais altos para captação de recursos no mercado externo.

Dessa forma, ainda que as condições econômicas nesses países possam diferir consideravelmente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros.

A restrição do crédito internacional pode causar aumento do custo para empresas que têm receitas atreladas a moedas estrangeiras, reduzindo a qualidade de crédito de potenciais tomadoras de recursos através de CRI e CRA, podendo afetar as operações da Companhia.

O Governo Federal exerce influência sobre a economia brasileira e ações governamentais podem afetar negativamente o mercado brasileiro e os negócios da Companhia, sua condição financeira e o resultado de suas operações

Os negócios, condição financeira e resultados da Companhia dependem, substancialmente, do desempenho da economia brasileira, que já passou e pode passar por intervenções do governo e por ciclos econômicos voláteis. As políticas econômicas, incluindo as de crédito, monetária, fiscal e cambial, entre outras, são usadas como instrumentos para manter o funcionamento do sistema econômico do Brasil e influenciam o curso da economia brasileira.

Descontrole da inflação, grandes variações cambiais, flutuações nas taxas de juros, falta de liquidez nos mercados domésticos, instabilidade social e outros acontecimentos políticos, econômicos e

diplomáticos, assim como a resposta do Governo Brasileiro a tais eventos, podem afetar negativamente os negócios, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia.

Além disso, a incerteza em relação às diretrizes da política econômica pode contribuir para a desconfiança dos agentes financeiros e aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, bem ocasionar volatilidade no preço dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Dentre as possíveis consequências para a Companhia ocasionadas por mudanças na política econômica, pode-se citar:

- (i) mudanças na política fiscal que tirem o benefício tributário aos investidores dos valores mobiliários emitidos pela Companhia;
- (ii) mudanças em índices de inflação que causem problemas aos valores mobiliários indexados a tais índices;
- (iii) redução da disponibilidade de crédito, visando o controle da inflação, que afete a demanda por títulos de renda fixa, tais como os Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio emitidos pela Companhia;
- (iv) restrições de capital que reduzam a liquidez e a disponibilidade de recursos no mercado;
- (v) variação das taxas de câmbio que afetem de maneira significativa a liquidez e capacidade de pagamentos das empresas devedoras.

Não há como a Companhia estimar o impacto dos desdobramentos macroeconômicos e políticos e das mudanças na política regulatória brasileira sobre seu negócio.

Mudanças promovidas pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”) na taxa básica de juros podem afetar adversamente os resultados das operações da Companhia

O Bacen, por meio do Comitê de Política Monetária do Banco Central (“COPOM”), estabelece periodicamente a taxa SELIC, que corresponde à taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro, que serve como um importante instrumento para o cumprimento de metas inflacionárias.

Aumentos na SELIC podem afetar diretamente o mercado de securitização, pois, em geral, os investidores têm a opção de alocação de seus recursos em títulos do governo que possuem alta liquidez e baixo risco de crédito. Dessa forma, o aumento acentuado dos juros pode desestimular os mesmos investidores a alocar parcela de seus portfólios em valores mobiliários de crédito privado, como os CRI e CRA emitidos pela Companhia.

h. à regulação dos setores em que a Companhia atue

Novas exigências feitas pelo regulador

A Companhia pode não ser capaz de satisfazer novas demandas exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários, ocasionando na perda de seu registro de companhia aberta junto ao órgão regulador, afetando assim as suas emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

Riscos Relativos à Responsabilização da Companhia por prejuízos ao Patrimônio Separado

Nos termos do parágrafo único do artigo 12 da Lei nº 9.514/1997, a totalidade do patrimônio da Companhia responderá pelos prejuízos que esta causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária ou, ainda, por desvio da finalidade do Patrimônio Separado. No entanto, caso a Companhia seja responsabilizada pelos prejuízos ao

Patrimônio Separado, o patrimônio da Companhia pode não ser suficiente para indenizar os Investidores.

i. aos países estrangeiros onde a Companhia atue

A Companhia não atua fora do território brasileiro.

j. a questões socioambientais

O Banco PAN, controlador direto da Companhia, possui uma base de clientes, parceiros comerciais e fornecedores diversificada que podem ter suas atividades econômicas expostas aos fatores do risco socioambiental. Eventuais manifestações dos fatores do risco socioambiental nas atividades econômicas dos acionistas, clientes, parceiros comerciais e fornecedores do Banco PAN podem acontecer nas mais variadas formas e em diferentes graus de intensidade nas dimensões econômica, social e ambiental, impondo-lhes perdas financeiras e/ou reputacionais que podem afetar o relacionamento com o Banco PAN, impactando adversamente os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.

4.2 Descrição dos principais riscos de mercado.

O Conglomerado Pan está exposto aos riscos de mercado intrínsecos à natureza das suas atividades, como por exemplo as oscilações de taxas de juros provenientes de sua atividade como intermediador financeiro, efetuando empréstimos e captando recursos.

Partindo do princípio de boas práticas de governança, o Conglomerado Pan dispõe de um processo constante de acompanhamento de suas exposições realizado pela área de Controle de Risco de Mercado que, para garantir a imparcialidade da análise, é independente das áreas de negócio.

A mensuração do risco de mercado é segregada em carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), conforme os critérios de classificação de operações descritos na Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007 do CMN, e na Circular nº 3.354, de junho de 2007 do BACEN. A carteira *trading* engloba todas as operações financeiras detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* destas operações, sendo as operações mantidas com intenção de negociação aquelas destinadas à obtenção de lucro a partir de variações de preços. A carteira *banking* abrange as demais operações não classificadas na carteira *trading*, incluindo seus respectivos *hedges*.

Modelos de mensuração de risco

Para mensuração do risco de mercado das Carteiras *trading* e *banking* o Conglomerado Pan faz uso de algumas medidas que se complementam e buscam apresentar uma visão completa das exposições contratadas. Estas são:

- Valor em Risco (“VaR” – *Value at Risk*): corresponde à perda máxima potencial de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O VaR utilizado pela área de Controle de Risco de Mercado é de 95% ou 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo;
- Perdas em cenários de estresse: são as perdas teóricas calculadas depois da aplicação de choques nas curvas em cenários de estresse de mercado das posições atuais. Adicionalmente, são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do banking book, conforme determinado pela Circular BACEN 3.365/07;
- Análise de sensibilidade (DV01): variação no valor presente de uma posição decorrente da variação de um ponto base (1 bp) nas taxas de juros atuais;
- Análise dos descasamentos dos fluxos em moedas, prazos e taxas de juros;
- *Economic Value of Equity* (EVE): avaliações do impacto no valor econômico devido alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros classificados na carteira bancária da Companhia;
- *Net Interest Income* (NII): avaliações do impacto no resultado de intermediação financeira devido a alterações nas taxas de juros dos instrumentos financeiros classificados na carteira bancária da Companhia;

Análise de Sensibilidade

A seguir, demonstramos o quadro de sensibilidade das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade da Companhia.

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	Taxas de Juros Prefixadas	-	(1)	(3)
Cupom de Índices de Preços	Taxas dos Cupons de Índices de Preços	(2)	(128)	(246)
Cupom de Outras Taxas de Juros	Taxas dos Cupons de Outras Taxas de Juros	-	(3)	(6)
Total em 31/12/2019		(2)	(132)	(255)
Total em 31/12/2018		(5)	(497)	(962)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento de 31/12/2019, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições banking representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme os dispostos na Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008:

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 1% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 25% em relação ao vigente no mercado.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco spot, foi considerado um choque de 50% em relação ao vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de estresse e, além disso, não consideram as correlações entre os indexadores. Em resumo, são cenários que não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, são considerados como de baixa probabilidade de ocorrência e não levam em conta as ações que possam vir a ser tomadas pela própria Companhia no sentido de reduzir eventuais riscos envolvidos em situações de estresse.

Não Aplicável.

Não há quaisquer processos judiciais, administrativos ou arbitrais sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte.

Natureza cível

Ações Cíveis - Processos Indenizatórios relacionados a produtos que não são mais oferecidos pelo Banco PAN	
Valores envolvidos	R\$ 16.736.093
Valor provisionado	R\$ 2.358.419
Prática da Companhia e de sua controlada que causou tal contingência	Total de Ações: 185 - Ações que discutem relação de consumo. Nessas indenizatórias o cliente geralmente pleiteia, entre outros, descumprimento contratual, cobrança indevida e não compreensão das regras do produto.

Ações Revisionais - Contratos de Financiamento	
Valores envolvidos	R\$ 20.244.111
Valor provisionado	R\$ 581.719
Prática da Companhia e de sua controlada que causou tal contingência	Tratam-se de 202 - processos revisionais de contratos referentes às operações de financiamento de veículos (consórcios / alienação fiduciária), imóveis, crédito pessoal e cartões de créditos, com alegações de supostas abusividades

Natureza trabalhista

Ações trabalhistas, administrativas e judiciais, relacionados à equiparação à condição de bancário, horas extras, responsabilidade solidária ou subsidiária	
Valores envolvidos	R\$ 151.218
Valor provisionado	R\$ 0
Prática da Companhia e de sua controlada que causou tal contingência	Contingências decorrentes de 1 ação administrativas e judiciais ajuizadas por ex-empregados, terceiros, sindicatos e autoridades administrativas em que se discutem supostas violações de direitos trabalhistas, sobretudo os relacionados à categoria profissional dos bancários, horas extras e responsabilidade subsidiária, nos casos que versam sobre terceirização de serviços.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.6, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 2.940.138,32.

Não há contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**
- b. as estruturas organizacionais envolvidas**
- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Itens facultativos, Companhia pertencente à Categoria B.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

O relatório emitido pelos auditores independentes relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 não contém deficiências significativas que possam ocasionar impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme mencionado acima, não foram detectadas deficiências significativas pelo auditor independente em relação aos controles internos da Companhia. As recomendações recebidas estão sendo endereçadas pela administração.

5.4 – Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

As regras, políticas, procedimentos e práticas adotados pelo Banco PAN (“Banco” ou “PAN”), Controlador da Companhia, são aplicáveis a todas as empresas do Conglomerado PAN (“Conglomerado”).

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

Os riscos, políticas, procedimentos e práticas de integridade adotados, conforme abaixo destacados, são reavaliados sempre que necessário, principalmente quando ocorrem mudanças significativas na estrutura, processos, sistemas, modelo de negócios ou na regulamentação aplicável.

Os mecanismos e procedimentos de integridade são regulados pelos seguintes normativos:

Código de Conduta e Ética: Aprovado pela Diretoria do Banco PAN em 30.10.2017, o Código de Ética e Conduta explicita os princípios éticos, morais, valores e boas práticas que devem conduzir toda e qualquer decisão ou atividade exercida pela administração, colaboradores e prestadores de serviço do Conglomerado PAN, bem como define padrões de conduta em situações de conflito. Deve ser aplicado nas atividades profissionais diárias do Conglomerado, pois oferece direcionamento em relação às diversas questões vividas no trabalho. O documento dispõe, dentre outros assuntos, sobre: (i) regras de condutas; (ii) conflitos de interesses; (iii) contribuições e patrocínios; (iv) prevenção à fraude; (v) prevenção à lavagem de dinheiro, à corrupção e ao financiamento do terrorismo; (vi) preservação do patrimônio físico intelectual; (vii) uso da imagem e assessoria de imprensa; (viii) relações com acionistas e investidores; (ix) relação com os prestadores de serviços e fornecedores. Em caso de dúvida, deve ser acionado de imediato um dos canais de comunicação disponíveis do Conglomerado, um gestor, ou o responsável pela contratação, caso seja prestador de serviços.

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Financiamento do Terrorismo: Aprovada pelo Conselho de Administração do Banco PAN em 14.05.2014, com última atualização aprovada pelo Conselho de Administração do Banco em 29.10.2018 e última revisão realizada em 26.11.2019. Define princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes à prevenção dos riscos de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Corrupção, em linha com as melhores práticas de mercado, considerando-se a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos, sistemas, e em conformidade com os requerimentos legais e regulatórios. Nesse sentido, o gerenciamento voltado para mitigar tais riscos compreende: (i) coleta e registro de informações, exigidas na legislação, de clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores que permita a identificação dos referidos riscos; (ii) procedimentos de “Conheça Seu Cliente”, “Conheça Seu Parceiro”, “Conheça Seu Fornecedor” e “Conheça Seu Colaborador”; (iii) Monitoramento de Operações, bem como seleção e análise de situações atípicas ou suspeitas; (iv) comunicações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), quando aplicável; (v) análise prévia de novos produtos, sob perspectiva de prevenção à LD, FT e Corrupção; e (vi) treinamento de funcionários e prestadores de serviços visando a identificação, mitigação e reporte de eventos de LD, FT e Corrupção.

Mecanismos e Procedimentos de Integridade

Elencamos abaixo os mecanismos e procedimentos de integridade do Conglomerado PAN:

- Treinamento anticorrupção e de prevenção à lavagem de dinheiro obrigatório a todos os funcionários quando admitidos, bem como a prestadores de serviços;
 - Cláusula anticorrupção nos contratos com fornecedores e parceiros;
 - Processo de análise prévia na contratação e manutenção de fornecedores (*Know You Supplier – KYS*) e parceiros (*Know Your Partner – KYP*) visando identificar apontamentos reputacionais desabonadores e envolvimento em atos de corrupção e lavagem de dinheiro (*due diligence*);
 - Revisão anual de políticas, normas, regras e manuais de procedimentos e, a qualquer tempo, caso seja identificada necessidade de atualização;
 - Treinamento de Anticorrupção e Prevenção à Lavagem de Dinheiro obrigatório a todos os funcionários;
 - Processo de análise no início de relacionamento com clientes visando identificar envolvimento em atos de corrupção, lavagem de dinheiro e apontamentos nas listas de sanções aplicáveis;
 - Canal de denúncias disponível para funcionários, clientes, usuários, parceiros ou fornecedores para reporte de situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza relacionadas às atividades da instituição, sem a necessidade de identificação do denunciante;
 - *Due diligence* no contexto de operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias, e inclusão de declarações e garantias apropriadas nos contratos de compra e venda de ações em relação a eventuais violações de leis e regulamentos, incluindo os atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira;
 - Processo de “Conheça seu Cliente” (*Know Your Customer – KYC*), que consiste na realização de pesquisas, análises e, quando necessário, elaboração de dossiês de prospects/clientes dos segmentos Conta Corrente, Captação (Digital e Convencional), Consignado, Veículos, Cartões e Consórcio;
 - Processo de “Conheça seu Colaborador” (*Know your Employee – KYE*);
 - Processo de monitoramento de transações financeiras de clientes com o objetivo de identificar operações com contrapartes de alto risco, além de atipicidades ou inconsistências nas operações financeiras, considerando a compatibilidade das transações habituais, capacidade financeira, atividade econômica, perfil socioeconômico e dados cadastrais do cliente e comunicação ao órgão de controle conforme aplicável;
 - Análise prévia de novos produtos sob a perspectiva da prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo; e
 - Investigações internas para apuração de denúncias de irregularidades.
- ii. **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.**

As estruturas organizacionais do Banco PAN envolvidas nos mecanismos e procedimentos internos de integridade do Conglomerado são:

- Conselho de Administração: órgão estatutário, reporta-se aos Acionistas do Banco PAN, e é responsável por definir a orientação geral para o gerenciamento de riscos relacionados à Lavagem de Dinheiro, à Corrupção e ao Financiamento do Terrorismo, fazendo parte de suas atribuições a aprovação dessa política corporativa.
- Comitê de Ética: órgão não estatutário, constituído pelo Conselho de Administração do Banco PAN em reunião realizada em 21 de dezembro de 2018, subordinado à Diretoria do Banco PAN, o qual rege-se por um Regimento Interno e possui como suas atribuições (a) avaliar e deliberar acerca da necessidade de aplicação de medida disciplinar aos colaboradores envolvidos em denúncias, representações ou indícios de atos envolvendo fraude, violação de conduta, assédio, ou qualquer tipo de infração ou violação às recomendações do Código de Conduta e Ética e demais documentos internos correlatos do PAN; (b) dar ciência ao gestor responsável pelo colaborador em caso de aplicação de medida disciplinar; (c) reportar à Diretoria as infrações e violações que tenham significativo risco jurídico ou de imagem ao PAN; (d) zelar pela observância do Código de Conduta e Ética do PAN; e (e) avaliar a contratação de bens e serviços relacionados ao Comitê, observadas as regras de alçadas estabelecidas.
- Diretoria: órgão estatutário, com reporte ao Conselho de Administração do Banco PAN. A Diretoria é responsável por seguir as orientações e diretrizes estratégicas definidas para o adequado e efetivo funcionamento da estrutura de gerenciamento de riscos relacionados a Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Financiamento do Terrorismo, alinhado com a estratégia do Banco PAN e compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.
- Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro: órgão não estatutário, deliberativo e de caráter permanente, constituído por aprovação do Conselho de Administração em reunião realizada em 4 de agosto de 2014 e subordinado à Diretoria do Banco PAN, rege-se por um Regimento Interno, sendo que é responsável por: (i) validar, sempre que necessário, alterações na Política Corporativa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, a ser aprovada pelo Conselho de Administração; (ii) avaliar e aprovar as diretrizes, políticas, regras e alçadas relacionadas à área de prevenção à lavagem de dinheiro; (iii) analisar e deliberar sobre estratégias e quaisquer outros temas relacionados à área de prevenção à lavagem de dinheiro; (iv) analisar e deliberar sobre o encerramento de conta e relacionamento com parceiros, correspondentes ou clientes, que possua indícios de lavagem de dinheiro e/ou financiamento do terrorismo; (v) acompanhar os indicadores de comunicações ao COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), monitoramento de transações e encerramento de contas; e (vi) avaliar a contratação de bens e serviços relacionados ao Comitê, observadas as regras de alçadas estabelecidas.
- Área de Controle dos riscos de Lavagem de Dinheiro, Corrupção e Financiamento do Terrorismo: como segunda linha de defesa, é responsável por garantir que os riscos associados à Lavagem de Dinheiro, à Corrupção e ao Financiamento do Terrorismo sejam corretamente identificados, avaliados e mensurados e que estejam de acordo com os limites definidos. Tem como atribuições principais implantar processos, regras, critérios, alçadas e sistemas, bem como disseminar a cultura desejada para que o gerenciamento desses riscos esteja em conformidade com as leis e regulamentações, refletindo as melhores práticas de mercado, devendo ser compatíveis com a natureza e

complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas do Banco PAN e suas subsidiárias. Reportam-se à Diretoria de Controladoria e *Compliance*.

- Gestores das áreas de negócio: como primeira linha de defesa, são responsáveis pela gestão dos riscos associados à Lavagem de Dinheiro, à Corrupção e ao Financiamento do Terrorismo inerentes aos produtos, clientes e operações sob sua responsabilidade, de acordo com as diretrizes, princípios e responsabilidades definidos na Política Corporativa. Devem, ainda, assegurar que as exposições a estes riscos estejam dentro dos limites definidos e em alinhamento com as estratégias de negócio do Conglomerado. Os Gestores das áreas de negócio reportam-se às suas respectivas Diretorias.
- Área de Pessoas: é a área responsável pela elaboração do Código de Conduta e Ética do PAN, bem como zelar para sua disseminação e cumprimento com intuito de fortalecer as relações de transparência e confiança entre colaboradores, terceiros, clientes e sociedade em geral. Também é responsável pela gestão do Comitê de Ética do PAN. A área de Pessoas reporta-se à Diretoria do Banco PAN.
- Auditoria Interna: é responsável por receber e encaminhar às áreas competentes as denúncias, reclamações e requisições recebidas pelo Canal de Denúncias. A Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração, sendo que suas atividades são supervisionadas pelo Comitê de Auditoria, que também reporta-se ao Conselho de Administração do Banco PAN. Ainda em relação ao Canal de Denúncias, a Auditoria Interna é responsável por emitir relatório semestral, elaborado em observância à Resolução CMN 4.567/17, que é submetido para validação do Comitê de Auditoria e aprovação do Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, o Conglomerado PAN possui Código de Conduta e Ética. Nele estão descritos os princípios éticos, morais, valores e boas práticas que devem ser seguidos por todos os colaboradores, administradores e terceiros que tenham relação com o Conglomerado.

Todos os colaboradores passam por um treinamento obrigatório na admissão ou quando ocorrem mudanças no código. Há, ainda, treinamento online obrigatórios para todos os funcionários, quando admitidos, sobre o conceito e principais legislações anticorrupção, penalidades aplicáveis, sinais de alerta e exemplos. O descumprimento das regras de conduta e ética sujeita o infrator a aplicação de medidas disciplinares previstas na legislação vigente.

O Código de Conduta e Ética foi aprovado formalmente pela Diretoria em 30.10.2017, e está publicado no site institucional do Banco PAN no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.bancopan.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-e-politicas/>.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

O Banco PAN, controlador da Companhia, possui canal de denúncias próprio que garante, aos colaboradores, fornecedores, clientes e terceiros, o registro de práticas suspeitas ou não éticas, de forma identificada ou anônima, preservando o sigilo de sua identidade e das informações prestadas, na forma da lei.

A Auditoria Interna é responsável pela triagem e encaminhamento das demandas recebidas pelo Canal de Denúncias. É previsto na norma o encaminhamento de denúncias envolvendo os

administradores da Instituição ao Comitê de Auditoria e também o encaminhamento de relatório sobre o canal ao Conselho de Administração.

Ressaltamos que não houve, em 2019, denúncias envolvendo os administradores da Companhia.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Quando da ocorrência das operações de fusão, aquisição e reestruturações societárias envolvendo terceiros, a Companhia busca realizar auditoria (*due dilligence*), além de exigir nos contratos as declarações e garantias costumeiramente praticadas pelo mercado, em relação a eventuais irregularidades às leis e regulamentos, incluindo os atos ilícitos praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Com isso busca detectar e precaver-se de condutas que não estejam alinhadas com a legislação vigente, principalmente às regras constantes na Lei nº 12.846/13, bem como a legislação e normas aplicáveis às instituições financeiras no âmbito da prevenção à lavagem de dinheiro e do financiamento ao terrorismo.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não aplicável.

5.5 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotados.

Não houve alterações significativas nos principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta.

6.1/6.2/6.4 - CONSTITUIÇÃO DO EMISSOR, PRAZO DE DURAÇÃO E DATA DE REGISTRO NA CVM

Data de constituição do emissor:	10/04/2000	País de constituição:	Brasil
Forma de constituição do emissor:	Sociedade Anônima		
Prazo de duração:	Prazo de Duração Indeterminado	Data de registro CVM:	04/09/2000

A Brazilian Securities Companhia de Securitização foi constituída no ano 2000 tendo como objeto social (i) a aquisição e securitização de créditos hipotecários e de créditos imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; (ii) a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários, podendo emitir outros títulos de crédito; e (iii) a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e de créditos imobiliários.

Em junho de 2012, o controle acionário indireto da Companhia foi adquirido pelo Banco PAN, tornando-se, desde então, parte do Conglomerado PAN.

A partir de 2015 a Companhia passou a emitir, além de Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio. Também em 2015, a Companhia passou por processo de reorganização societária, passando a ser controlada diretamente pelo Banco PAN.

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

A Brazilian Securities possui como principais atividades a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, além da emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

A última emissão efetuada pela Companhia foi realizada em 2017.

A Companhia não possui controladas.

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Todo lucro líquido da Brazilian Securities no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, equivalente ao montante de R\$ 1,1 milhões é proveniente do mercado nacional.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Brazilian Securities não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

c. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Brazilian Securities não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

7.7 - Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor:

Não aplicável.

7.9 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

8. Negócios extraordinários

8.1 Negócios extraordinários

Todas as alienações e aquisições de ativos que a Companhia julga relevante, correspondentes aos exercícios de 2017, 2018 e de 2019 foram devidamente descritas no item 10.3 deste Formulário de Referência.

Durante o exercício de 2019 não houve alterações significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas que não estejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item, além das informadas prestadas anteriormente.

9.2 – Outras informações relevantes

Não há informações relevantes a serem mencionadas neste item.

10. Comentários dos diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste formulário de referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis auditadas da Brazilian Securities Companhia de Securitização relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, disponíveis no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

As demonstrações contábeis auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A partir de 01 de janeiro de 2018 passou a vigorar a IFRS 9, a norma contábil substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros. A nova norma inclui novas regras de classificação, mensuração e nova metodologia de reconhecimento das perdas por redução ao valor recuperável (impairment) e foi aplicada de forma retrospectiva.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações contábeis da Companhia ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

Contexto Operacional

A Brazilian Securities Companhia de Securitização (BS, Companhia ou Instituição), controlada diretamente pelo Banco PAN S.A. (Banco PAN) tem como objeto social a aquisição de créditos imobiliários, hipotecários e do agronegócio e, securitização através da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

Os CRIs e os CRAs são emitidos sob o regime de patrimônio separado, no qual os recebíveis imobiliários e os recebíveis do agronegócio ficam excluídos do patrimônio líquido comum da Companhia, passando a constituir direitos patrimoniais em separado, com o objetivo específico de responder pela realização financeira dos direitos dos titulares dos CRIs e/ou dos CRAs.

As atividades empresariais são suportadas por uma estrutura corporativa única do Banco PAN que provê, de forma integrada, toda a base tecnológica, o processamento e os controles: operacional, comercial, administrativo, financeiro e legal necessários à realização das suas diversas atividades no ramo imobiliário e do agronegócio. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

Destaques patrimoniais

No exercício de 2019, os ativos da Companhia totalizaram R\$ 233,3 milhões e o patrimônio líquido foi de R\$ 222,7 milhões (R\$ 230,8 milhões e R\$ 221,9 milhões no exercício findo em 31/12/2018, R\$ 236,2 milhões e R\$ 220,4 milhões no exercício findo em 31/12/2017).

Abaixo são apresentados os principais destaques patrimoniais da Instituição.

Recebíveis Imobiliários

O saldo de recebíveis imobiliários em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 20,2 milhões, frente aos R\$ 22,8 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 31,1 em 31 de dezembro de 2017.

O volume de carteiras securitizadas sem coobrigação em 31 de dezembro 2019 totalizou R\$ 3.507,1 milhões, frente aos R\$ 4.876,9 milhões em dezembro de 2018 e R\$ 7.541,0 milhões em dezembro de 2017, sendo que os respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários montaram R\$ 3.591,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, frente aos R\$ 4.953,8 milhões em dezembro de 2018 e R\$ 7.615,3 milhões em dezembro de 2017.

b. Estrutura de capital

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
ON	77.864.966	77.864.966	77.864.966
Total	77.864.966	77.864.966	77.864.966

Em dezembro de 2019, 2018 e 2017, o capital social da Companhia permaneceu inalterado, em R\$ 174.201 milhões, composto por 77.864.966 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O quadro abaixo, demonstra a atual estrutura de capital próprio e de terceiros:

Em R\$ milhões	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV
Patrimônio Líquido	222.707	95,4	221.899	96,2	220.362	93,3
Capital de Terceiros	10.634	4,6	8.866	3,8	15.846	6,7
Passivo Total	233.341	100,0%	230.765	100,0%	236.208	100,0%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Considerando o perfil de seu endividamento, o seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Diretoria acredita que a Companhia atualmente tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos e aquisições, acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Em R\$ milhões	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante	189,1	47,1	63,1
Ativo não circulante	44,2	183,6	173,1
Passivo circulante	7,1	8,0	9,6
Passivo não circulante	3,5	0,9	6,2
Índice de liquidez corrente (ILC)	26,6	5,9	6,6
Índice de liquidez geral (ILG)	21,94	26,03	14,91

ILC - Ativo Circulante sobre Passivo Circulante

ILG - Soma de Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, sobre a soma de Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A Companhia capta recursos por meio de contratos com organismos multilaterais e instituições financeiras de grande porte, conforme item "f", quando necessário, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que acredita ser apropriado para o desempenho de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha R\$ 7,1 MM de financiamentos de curto prazo e R\$ 3,5 MM de financiamentos de longo prazo.

		Contratos de Dívida		
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Com Garantia	Outros	4.215	-	-
Sem Garantia	Outros	11.631	8.866	10.634
Total		15.846	8.866	10.634

Com Garantia – BID, refere-se ao Empréstimo com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

Com Garantia – Outros, refere-se a Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI e Obrigações por Recebíveis Imobiliários.

Sem Garantia – Outros, refere-se a Derivativos (Swap - Hedge Captação BID) e Outras Obrigações a Pagar.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os investimentos da Companhia vêm sendo financiados com uma combinação entre capital próprio, geração própria de caixa, bem como recursos de terceiros. Quando necessário, e a um custo condizente, obtemos empréstimos e financiamentos para fazer frente aos nossos investimentos e às nossas obrigações.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimo concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

No exercício de 2017, a Companhia liquidou o empréstimo que havia firmado com o BID em 29/05/2015, com vencimento em 15/02/2022, no montante de R\$ 132.574 mil.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia tem um relacionamento ativo com outras instituições financeiras, tanto para aquisição de recebíveis imobiliários quanto para atividades de escrituração e liquidação de CRIs, *cash management* da Companhia, entre outros.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Segue abaixo o grau de subordinação entre os contratos de dívidas

		Contratos de Dívida		
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Com Garantia	Outros	4.215	-	-
Sem Garantia	Outros	11.631	8.866	10.634
Total		15.846	8.866	10.634

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Apenas alguns contratos têm condições restritivas ou *covenants*, até 2016, conforme mencionado na tabela abaixo.

Credor	Limite Endividamento/ novas dívidas	Limitação para alienação de ativos	Limitação para emissão de novos valores mobiliários	Limitação para alienação de controle acionário	Limitação para distribuição de dividendos
BID	Permitido até 3 vezes a relação entre Dívidas Totais e Patrimônio Líquido	Sim, exceto para Recebíveis Imob. e ativos não relacionados à atividade	Não	Não	Acima do mínimo obrigatório o credor deve ser informado previamente

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

A Companhia possuía, até 2016, USD 35 milhões adicionais para desembolso referente ao contrato mencionado no item anterior.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Conforme mencionado anteriormente, em 2018 adotamos a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39, contendo nova abordagem em relação a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de *impairment*, que passou de perdas incorridas para perdas esperadas, e nova abordagem para contabilidade de *hedge*. Essa adoção teve seus efeitos aplicados a partir de 01/01/2018, com isso, em alguns quadros ao longo deste item, nos casos onde houve o impacto da adoção da IFRS 9, os valores consolidados do ano de 2018 não são comparáveis com os períodos anteriores.

Segue análise das principais contas patrimoniais em 31/12/2019 em relação às contas apresentadas em 31/12/2018 e 31/12/2017.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 em comparação com 31 de dezembro de 2018:

Ativo	31/12/2019	31/12/2018	AH
Caixa e equivalente de caixa	2.768	3.327	-16,8%
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	180.521	178.517	1,1%
Instrumentos de dívida	155.556	146.732	6,0%
Recebíveis imobiliários	20.184	22.831	-11,6%
Benefício residual em operações securitizadas	3.588	7.495	-52,1%
Outros ativos financeiros	1.193	1.459	-18,2%
Impostos	39.302	37.699	4,3%
Outros ativos	10.750	11.222	-4,2%
Total do Ativo	233.341	230.765	1,1%

Caixa e Equivalentes de Caixa

São compostos por caixa e depósitos à vista. Em 31 de dezembro de 2019, apresentou saldo de R\$ 2.768 mil, o que simbolizou uma redução de 16,8% se comparado a R\$ 3.327 em 31 de dezembro de 2018.

Instrumentos de Dívida

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2019, esses instrumentos totalizaram R\$ 155.556 mil, o que representou um aumento de 6,0% se comparado com o exercício de 2018.

Recebíveis Imobiliários

Inclui carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de certificados de recebíveis imobiliários. Em 31 de dezembro de 2019, apresentou saldo de R\$ 20.184 mil, o que representou uma queda de 11,6% se comparado com 31 de dezembro de 2018.

Benefício Residual em Operações Securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desse benefício totalizou R\$ 3.588 mil representando uma queda de 52,1% se comparado ao saldo de R\$ 7.495 mil em 31 de dezembro de 2018.

Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos

Referem-se basicamente aos saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

Passivo	31/12/2019	31/12/2018	AH
Provisões	2.941	2.438	20,6%
Passivos fiscais	1.324	1.139	16,2%
Outros passivos	6.369	5.289	20,4%
Patrimônio líquido	222.707	221.899	0,4%
Total do Passivo	233.341	230.765	1,1%

Provisões

Referem-se a processos, os quais os autores pleiteiam substancialmente revisão de contrato de compra e venda de imóvel.

Outros Passivos

Referem-se basicamente (i) a valores a repassar em virtude de garantia fiduciária recebida, devido a fluxos de recebíveis imobiliários adquiridos, e, recebimentos de créditos imobiliários de carteira de "terceiros" cuja gestão de créditos é efetuada pela Companhia, em 31 de dezembro de 2019 representavam R\$ 3.566 frente a R\$ 2.719 em 31 de dezembro de 2018; e (2) a valores a pagar pela aquisição de recebíveis imobiliários, com vencimento substancialmente à vista, conforme respectivos contratos, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, representavam R\$ 677 mil.

Em 31 de dezembro de 2018 em comparação com 31 de dezembro de 2017:

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	AH
Caixa e equivalente de caixa	3.327	4.175	-20,3%
Ativos Financeiros Ao valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	22.854	-100,0%
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	178.517	159.798	11,7%
Instrumentos de dívida	146.732	114.171	28,5%
Recebíveis imobiliários	22.831	31.076	-26,5%
Benefício residual em operações securitizadas	7.495	11.214	-33,2%
Outros ativos financeiros	1.459	3.337	-56,3%
Impostos	37.699	37.037	1,8%
Outros ativos	11.222	12.344	-9,1%
Total do Ativo	230.765	236.208	-2,3%

Caixa e Equivalentes de Caixa

São compostos por caixa e depósitos à vista. Em 31 de dezembro de 2018, apresentou saldo de R\$ 3.327 mil, o que simbolizou uma redução de 20,3% se comparado a 31 de dezembro de 2017.

Instrumentos de Dívida

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2018, esses instrumentos totalizaram R\$ 146.732 mil, o que representou um aumento de 7,1% se comparado com o exercício de 2017.

Recebíveis Imobiliários

Inclui carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de certificados de recebíveis imobiliários. Em 31 de dezembro de 2018, apresentou saldo de R\$ 22.831 mil, o que representou uma queda de 26,5% se comparado com 31 de dezembro de 2017.

Benefício Residual em Operações Securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desse

benefício totalizou R\$ 7.495 mil representando uma queda de 33,2% se comparado ao saldo de R\$ 11.214 mil em 31 de dezembro de 2017.

Outros Ativos Financeiros e Outros Ativos

Referem-se basicamente aos saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

Passivo	31/12/2018	31/12/2017	AH
Recursos de emissão de títulos	-	4.215	-100,0%
Provisões	2.438	2.102	16,0%
Passivos fiscais	1.139	1.226	-7,1%
Outros passivos	5.289	8.303	-36,3%
Patrimônio líquido	221.899	220.362	0,7%
Total do Passivo	230.765	236.208	-2,3%

Recursos de Emissão de Títulos

Passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pela Companhia. Em outubro de 2018, devido a encerramento da série 95, a BS passou a não responder por eventual insuficiência de recursos para liquidação financeira deste CRI e a série 96 foi reclassificada para o patrimônio separado da Companhia, e R\$ 4.215 mil em 31 de dezembro de 2017.

Provisões

Refere-se a processos, os quais os autores pleiteiam substancialmente revisão de contrato de compra e venda de imóvel.

Outros Passivos

Referem-se basicamente (i) a valores a repassar em virtude de garantia fiduciária recebida, devido a fluxos de recebíveis imobiliários adquiridos, e, recebimentos de créditos imobiliários de carteira de "terceiros" cuja gestão de créditos é efetuada pela Companhia, em 31 de dezembro de 2018 representavam R\$ 2.719 frente a R\$ 3.415 em 31 de dezembro de 2017; e (2) a valores a pagar pela aquisição de recebíveis imobiliários, com vencimento substancialmente à vista, conforme respectivos contratos, em 31 de dezembro de 2018, representavam R\$ 677 mil, que correspondem a uma queda de 6,0% se comparados a 31 de dezembro de 2017, quando essas obrigações totalizaram R\$ 720 mil.

Em 31 de dezembro de 2017 em comparação com 31 de dezembro de 2016:

Conforme mencionado anteriormente, em 2018 adotamos a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, a norma contábil substitui a IAS 39 e inclui novas regras de classificação, mensuração e nova metodologia de reconhecimento das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), que passou de perdas incorridas para perdas esperadas. Essa adoção teve seus efeitos aplicados a partir de 01/01/2018, de forma retrospectiva e com isso, o quadro abaixo não são comparáveis com os períodos informados acima.

Ativo	31/12/2017	31/12/2016	AH
Caixa e equivalente de caixa	4.175	2.819	48,1%
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo	22.854	134.015	-82,9%
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	22.854	134.015	-82,9%
Instrumentos de dívida	22.854	134.015	-82,9%
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	165.268	207.606	-20,4%
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	114.171	159.780	-28,5%
Instrumentos de dívida	114.171	159.780	-28,5%
Empréstimos e Recebíveis	51.097	47.826	6,8%
Recebíveis imobiliários	36.133	41.667	-13,3%
Benefício residual em operações securitizadas	11.214	2.927	283,1%
Outros e empréstimos e recebíveis	3.750	3.232	16,0%
Impostos	35.314	41.057	-14,0%
Outros ativos	11.942	14.441	-17,3%
Outros ativos intangíveis	-	606	-100,0%
Total do Ativo	239.553	400.544	-40,2%

Caixa e Equivalentes de Caixa

São compostos por caixa e depósitos à vista. Em 31 de dezembro de 2017, apresentou saldo de R\$ 4.175 mil, o que simbolizou um aumento de 48,1% se comparado a 31 de dezembro de 2016.

Instrumentos de Dívida

Títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural. Em 31 de dezembro de 2017, esses instrumentos totalizaram R\$ 137.025 mil, o que representou uma queda de 53,4% se comparado com o exercício de 2016.

Recebíveis Imobiliários

Inclui carteiras de financiamentos imobiliários e recebíveis de aluguéis adquiridas, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de certificados de recebíveis imobiliários. Em 31 de dezembro de 2017, apresentou saldo de R\$ 31.076 mil, o que representou uma queda de 25,4% se comparado com 31 de dezembro de 2016.

Benefício Residual em Operações Securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora, no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo desse benefício totalizou R\$ 11.214 mil representando um aumento de 283,1% se comparado ao saldo de R\$ 2.927 mil em 31 de dezembro de 2016.

Outros Empréstimos e Recebíveis e Outros Ativos

Referem-se basicamente aos saldos a receber junto a "Clientes" e entidades não consideradas como "Instituições Financeiras".

Passivo	31/12/2017	31/12/2016	AH
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	16.465	-100,0%
Passivos Financeiros Mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado	-	134.101	-100,0%
Obrigações por empréstimos e repasses	-	134.101	-100,0%
Passivos Financeiros a Custo Amortizado	4.215	7.613	-44,6
Recursos de emissão de títulos	4.215	7.613	-44,6
Provisões	2.102	1.121	87,5%
Passivos Fiscais	1.226	8.815	-86,1%
Outros Passivos	8.303	15.757	-47,3%
Patrimônio Líquido	223.707	216.672	3,2%
Total do Passivo	239.553	400.544	-40,2%

Passivos financeiros para negociação

Inclui o valor justo passivo da Companhia, dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de hedge (*hedge accounting*).

Obrigações por Empréstimos no Exterior

Inclui a captação de recursos junto a instituições no Exterior. Os empréstimos no Exterior são objeto de (*hedge accounting*). Esses empréstimos foram liquidados em 2017.

Recursos de Emissão de Títulos

Passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, esses recursos totalizaram R\$ 4.215 mil, ante a R\$ 7.613 mil em 31 de dezembro de 2016.

Outros Passivos

Referem-se basicamente (i) a valores a repassar em virtude de garantia fiduciária recebida, devido a fluxos de recebíveis imobiliários adquiridos, e, recebimentos de créditos imobiliários de carteira de "terceiros" cuja gestão de créditos é efetuada pela Companhia, em 31 de dezembro de 2017 representavam R\$ 3.415 frente a R\$ 2.248 em 31 de dezembro de 2016; e (2) a valores a pagar pela aquisição de recebíveis imobiliários, com vencimento substancialmente à vista, conforme respectivos contratos, em 31 de dezembro de 2017, representavam R\$ 720 mil, que correspondem a uma queda de 92,4% se comparados a 31 de dezembro de 2016, quando essas obrigações totalizaram R\$ 9.453 mil.

10.2. Os diretores devem comentar

(a) Resultados das operações do emissor

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas com juros e similares, resultado com locação e venda de imóveis, benefício residual em operações securitizadas e receita de prestação de serviços.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Desde sua constituição em 2000, as receitas da Companhia decorrem da aquisição de créditos para emissão de CRIs, operações de securitização e a prestação de serviços de estruturação de operações de securitização. O desenvolvimento de todas estas atividades evoluiu de forma crescente e consistente, exceto quando foi impactado pela crise mundial que se iniciou em setembro de 2008 e durou até o segundo semestre de 2009. Após esse período, a Companhia retomou o ritmo de suas atividades, acompanhando os ciclos do setor.

Como evidenciado pelos componentes da receita da Companhia, a Companhia desenvolve atividades relacionadas à aquisição de créditos, emissão de CRIs e prestação de serviço na estruturação de operações de securitização (CRIs e CRAs), e pretende continuar desenvolvendo tais atividades.

Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário e que impactam na geração de créditos imobiliários, as atividades da Companhia são afetadas pelos seguintes riscos:

- a conjuntura econômica do Brasil pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, através da desaceleração da economia, aumento de juros, flutuação da moeda e instabilidade política, dentre outros fatores;
- eventual nova regulamentação ou condições de mercado, de corrigir monetariamente recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar a securitização inviável financeira ou economicamente;
- o grau de interesse dos compradores de CRIs ou CRAs podem ficar significativamente abaixo do esperado, tornando-o menos lucrativo do que o esperado ou podendo diminuir sua liquidez; e
- condições do mercado imobiliário local ou regional, tais como o excesso de oferta reduzindo os ganhos da securitização.
- condições do mercado de agronegócios local ou regional, tais como o excesso de oferta reduzindo os ganhos da securitização.

Abaixo dos quadros a seguir, faremos uma análise das principais oscilações.

Análise das Demonstrações de Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Em R\$ Mil	31/12/2019	31/12/2018	AH
Receita/Despesa Operacional	3.574	5.008	-28,6%
Recebíveis imobiliários	1.116	4.084	-72,7%
Benefício residual em operações securitizadas	2.532	4.199	-39,7%
Receita de prestação de serviços	409	375	9,1%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(483)	(3.650)	-86,8%
Receita /Despesa Financeira	8.792	8.917	-1,4%
Receita financeira	8.792	9.404	-6,5%
Despesa financeira	-	(487)	-100,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(10.816)	(11.221)	-3,6%
Despesas com pessoal	(1.186)	(1.241)	-4,4%
Outras despesas administrativas	(9.914)	(11.039)	-10,2%
Despesas de impostos	(3.109)	(3.952)	-21,3%
Outras receitas (despesas) operacionais e não operacional	3.393	5.011	-32,3%
Lucro Bruto	1.550	2.704	-42,7%
Imposto de renda e contribuição social	(491)	(885)	-44,5%
Lucro Líquido	1.059	1.819	-41,8%

Receita/Despesa Operacional

A receita/despesa operacional foi de R\$ 3,6 milhões demonstrando uma queda de 28,6% se comparado com R\$ 5,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, da receita de benefício residual em operações securitizadas e da receita de prestação de serviços.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2019 foi uma receita de R\$ 8,8 milhões frente a R\$ 8,9 milhões em 2018, compreendendo basicamente a receita financeira.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício findo de 2019 foram de R\$ 10,8 milhões, tendo sido compostas principalmente por outras despesas administrativas, que corresponderam a R\$ 9,9 milhões das despesas gerais e administrativas, e pelas despesas com pessoal, que foram responsáveis por R\$ 1,2 milhões, o que simbolizou uma queda de 3,6% com relação a 31 de dezembro de 2018.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a uma despesa de R\$ 0,5 milhões, obtendo uma redução de 44,5% com relação a 31 de dezembro de 2018.

Resultado Líquido

No exercício a Companhia reportou um lucro líquido de R\$ 1,0 milhões.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Em R\$ Mil	31/12/2018	31/12/2017	AH
Receita/Despesa Operacional	5.008	23.021	-78,2%
Recebíveis imobiliários	4.084	7.910	-48,4%
Benefício residual em operações securitizadas	4.199	17.087	-75,4%
Receita de prestação de serviços	375	1.011	-62,9%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.650)	(2.987)	22,2%
Receita /Despesa Financeira	8.917	8.864	0,6%
Receita financeira	9.404	36.519	-74,2%
Despesa financeira	(487)	(27.655)	-98,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(11.221)	(17.094)	-34,4%
Despesas com pessoal	(1.241)	(3.617)	-65,7%
Outras despesas administrativas	(11.039)	(10.623)	3,9%
Despesas de impostos	(3.952)	(5.938)	-33,4%
Outras receitas (despesas) operacionais e não operacional	5.011	3.084	62,5%
Lucro Bruto	2.704	14.791	-81,7%
Imposto de renda e contribuição social	(885)	(5.029)	-82,4%
Lucro Líquido	1.819	9.762	-81,4%

Receita/Despesa Operacional

A receita/despesa operacional foi de R\$ 5,0 milhões demonstrando uma queda de 78,2% se comparado com R\$ 23,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, da receita de benefício residual em operações securitizadas e da receita de prestação de serviços.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício findo de 2018 foi uma receita de R\$ 8,9 milhões, compreendendo basicamente a receita financeira de R\$ 9,4 milhões e a despesa financeira de R\$ 0,5 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício findo de 2018 foram de R\$ 11,2 milhões, tendo sido compostas principalmente por outras despesas administrativas, que corresponderam a R\$ 11,0 milhões das despesas gerais e administrativas, e pelas despesas com pessoal, que foram responsáveis por R\$ 1,2 milhões, o que simbolizou uma queda de 34,4% com relação a 31 de dezembro de 2017.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a uma despesa de R\$ 0,9 milhões, obtendo uma redução de 82,4% com relação a 31 de dezembro de 2017.

Resultado Líquido

No exercício a Companhia reportou um lucro líquido de R\$ 1,8 milhões.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em R\$ Mil	31/12/2017	31/12/2016	AH
Receita/Despesa Operacional	23.021	7.233	218,3%
Recebíveis imobiliários	7.910	12.092	-34,6%
Benefício residual em operações securitizadas	17.087	3.975	329,9%
Receita de prestação de serviços	1.011	1.939	-47,9%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.987)	(10.773)	-72,3%
Receita /Despesa Financeira	8.864	8.748	1,3%
Receita financeira ^(a)	36.519	90.802	-59,8%
Despesa financeira ^(b)	(27.655)	(82.054)	-66,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(17.094)	(25.211)	-32,2%
Despesas com pessoal	(3.617)	(10.717)	-66,2%
Outras despesas administrativas	(10.623)	(12.079)	-12,1%
Despesas de impostos	(5.938)	(7.197)	-17,5%
Outras receitas (despesas) operacionais e não operacional	3.084	4.782	-35,5%
Lucro/Prejuízo Bruto	14.791	(9.230)	-260,2%
Imposto de renda e contribuição social	(5.029)	3.213	-256,5%
Lucro/Prejuízo Líquido	9.762	(6.017)	-256,5%

Receita/Despesa Operacional

A receita/despesa operacional foi de R\$ 23,0 milhões demonstrando um aumento de 218,3% se comparado com R\$ 7,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, proveniente principalmente de recebíveis imobiliários, da receita de benefício residual em operações securitizadas e da receita de prestação de serviços.

Receita/Despesas Financeiras

O resultado de outras receitas/despesas financeiras no exercício de 2017 foi uma receita de R\$ 8,9 milhões, frente a R\$ 8,7 milhões em 2016 compreendendo basicamente a receita financeira de R\$ 36,5 milhões e a despesa financeira de R\$ 27,6 milhões.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas apuradas no exercício de 2017 foram de R\$ 17,1 milhões, tendo sido compostas principalmente por outras despesas administrativas, que corresponderam a R\$ 10,6 milhões das despesas gerais e administrativas, e pelas despesas com pessoal, que foram responsáveis por R\$ 3,6 milhões, o que simbolizou uma queda de 32,2% com relação a 31 de dezembro de 2016.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social correspondeu a uma despesa de R\$ 5,0 milhões, obtendo uma queda de 256,5% com relação a 31 de dezembro de 2016.

Resultado Líquido

No exercício a Companhia reportou um lucro líquido de R\$ 9,8 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Não aplicável.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não sofreu qualquer alteração nas atividades operacionais nos últimos 3 anos.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia é uma empresa conservadora e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 não teve eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As principais mudanças identificadas pela Companhia foram em 2018 em virtude da adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e estão relacionadas a classificação, mensuração e redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros.

- CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” – este normativo visa substituir o CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e incluir: (i) modelo lógico de classificação e mensuração; (ii) modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta a perdas esperadas; (iii) remoção da variação da volatilidade no resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (iv) nova abordagem para contabilidade de hedge. Efetivo a partir de 01/01/2018. A adoção da norma foi aplicada retrospectivamente, de acordo com o CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros”. Os ajustes nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção do CPC 48 foram reconhecidos em lucros acumulados líquidos de créditos tributários.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A seguir, apresentaremos, de acordo com o CPC 48, para a data base de 31/12/2017, a conciliação do Patrimônio Líquido.

	31/12/2017	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
De acordo com o CPC 38	223.707	9.515
Redução ao valor recuperável (1)	(5.068)	374
Impostos diferidos sobre os ajustes	1.723	(127)
De acordo com o CPC 48	220.362	9.762

- (1) Remensuração em função do reconhecimento de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 para Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalva e ênfase nos relatórios dos auditores independentes nos últimos três exercícios sociais.

Em relação às informações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2019 foi emitido um relatório de revisão com os principais assuntos de auditoria, vide abaixo:

**Porque é um PAA
Instrumento de dívida**

A Companhia possui certificados de depósitos bancários (CDB) mensurados ao custo amortizado.

A apropriação dos rendimentos dos certificados de depósitos bancários considera as taxas de remuneração estabelecidas nas datas da contratação.

Esses instrumentos de dívida estão custodiados na Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados (CETIP).

Considerando a relevância dessas operações no contexto da Companhia, a apropriada valorização e existência dessas operações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

Em base amostral, realizamos o recálculo da apropriação dos rendimentos dos certificados de depósitos bancários com base nas taxas de remuneração estabelecidas nas datas de contratação.

Realizamos o teste sobre a existência desses certificados de depósitos bancários com as informações dos órgãos custodiantes e consistimos os dados divulgados nas demonstrações contábeis com as informações obtidas durante o processo de auditoria.

Consideramos que as evidências de auditoria são apropriadas e suficientes em relação a mensuração e existência dessas operações.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Não aplicável

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos nessas condições nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. natureza e o propósito da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados no Item 10.

A Companhia não divulga qualquer projeção sobre resultados futuros.

A Companhia não divulgou projeções sobre seus resultados nos últimos 3 exercícios sociais e portanto, não há informações a serem divulgadas nesse item.

12.1 – Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando:

a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia conta atualmente com um conselho de administração composto por 3 (três) membros, uma diretoria composta por 3 (três) membros e um conselho fiscal não instalado. Nenhum desses órgãos conta com regimento interno.

Competências do Conselho de Administração: **i.** fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; **ii.** eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições; **iii.** fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos; **iv.** convocar a assembleia geral, quando julgar conveniente; **v.** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria; **vi.** escolher e destituir os auditores independentes; **vii.** aprovar a disposição, pela Companhia, a qualquer título, de quaisquer de seus ativos com valor igual ou superior ao montante equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$3.000.000,00 (três milhões de dólares), excetuados os ativos que forem negociados pela Companhia no curso regular de seus negócios, em decorrência das operações e transações que envolvem os Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”); **viii.** aprovar a aquisição ou a disposição de qualquer participação em outras sociedades, bem como a aquisição e a disposição de instrumentos conversíveis em ações e/ou quotas de outras sociedades ou a celebração de quaisquer contratos de associação (“joint venture”); **ix.** aprovar a realização, pela Companhia, de qualquer dívida e/ou gasto de um valor igual, ou maior ao montante equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares); **x.** aprovar aquisições e/ou investimentos que envolvam valores superiores ao montante equivalente, em moeda corrente nacional, a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de dólares); e **xi.** definir os limites para emissão de CRI e CRA.

A Companhia não possui Comitê de Auditoria próprio, todavia o órgão instalado no Banco PAN S.A., instituição líder do Conglomerado na qual a Brazilian Securities está inserida, faz a análise das informações da Companhia.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Competências da Diretoria: Representar a Companhia, ativa e passivamente, bem como praticar todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitando os limites previstos em lei ou no estatuto social.

Competências Individuais: **(a)** o Diretor Presidente (i) coordenará as atividades e negócios da Companhia; (ii) orientará as atividades dos demais Diretores; (iii) atribuirá outras funções aos

diretores da Companhia, observadas as disposições do Estatuto Social; e (iv) indicará entre os Diretores aquele que irá substituir o Diretor ausente ou impedido; **(b)** o Diretor de Relações com Investidores (i) coordenará, administrará, dirigirá e supervisionará o trabalho de relações com investidores, bem como representará a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as Bolsas de Valores, Mercados de Balcão Organizado e demais órgãos de controle e demais instituições que atuem no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; (ii) prestará informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores e Mercados de Balcão Organizado; e (iii) manterá atualizado o registro de companhia aberta; e **(c)** os Diretores sem designação específica exercerão as atribuições que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

- a. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado, bem como não possui regimento próprio.

- b. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo**
 - i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**
 - ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**
 - iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e**
 - iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Atualmente, a Companhia não possui processo de avaliação do Conselho de Administração e de seus membros.

12.5/6 - COMPOSIÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Nome	Alex Sander Moreira Gonçalves	CPF	668.687.186-91
Data de Nascimento	02/04/1972	Profissão	Administrador
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração (Efetivo)
Data de Eleição	26/04/2019	Data de posse	26/04/2019
Prazo do mandato	Até a 1ª RCA após AGO de 2022	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não há		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	<p>Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília – UnB, com pós-graduação em Finanças pela USP-Fipecafi, ingressou na BV Financeira C.F.I em 2009, onde permaneceu por 4 anos e exerceu as posições de Superintendente de Negócios e Diretor de Consignação e Canal Próprio. Anteriormente, atuou como executivo de Consignação e Negócios com o Governo e como Diretor Comercial e de Produtos no Banco Bradesco Financiamentos/BMC. Foi eleito Diretor do Banco Pan em 2013, cargo no qual permanece até o presente momento. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.</p>		

Nome	Carlos Eduardo Pereira Guimarães	CPF	020.396.747-05
Data de Nascimento	18/04/1972	Profissão	Economista
Órgão Administração	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Presidente do C.A. e Diretor Presidente
Data de Eleição	06/09/2019	Data de posse	06/09/2019
Prazo do mandato	Mandato se estenderá até a posse de seu substituto, nos termos do Art. 150, § 4º, Lei 6.404/76	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não há.		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	<p>Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, atuou no Grupo BBM entre 1992 a 2011. Entre 1994 a 1996 foi analista financeiro, em 1996 foi nomeado Gerente de Produtos de Varejo (Creditec), cargo no qual permaneceu até 1998. Em 1998 assumiu a gerência comercial responsável pelo Estado de São Paulo e Região Sul e em 2002 tornou-se Diretor Estatutário responsável pela área comercial, cargo ocupado até junho de 2011. Foi eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores da Companhia em 02/05/2016. Atualmente é Diretor no Banco Pan S.A., cumulando o cargo de Diretor com Relações com Investidores; Vice-Presidente da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária; Diretor de Relações com Investidores da Pan Arrendamento Mercantil S.A.; Diretor da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.; e Diretor de Reações com Investidores da Brazilian Finance & Real Estate S.A. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.</p>		

Nome	Dermeval Bicalho Carvalho	CPF	487.473.439-15
Data de Nascimento	18/11/1962	Profissão	Engenheiro Agônomo
Órgão Administração	Pertence apenas à Diretoria	Cargo eletivo ocupado	Diretor Vice Presidente/ Superintendente
Data de Eleição	04/11/2019	Data de posse	04/11/2019
Prazo do mandato	Até a 1º RCA após AGO a de 2021	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não há		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	<p>Formado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual de Londrina, com pós-graduação nas áreas de desenvolvimento Gerencial, Consultoria de Empresas, Economia Empresarial e Programação. Ingressou na Caixa Econômica Federal em 2001, e exerceu funções e cargos relevantes como Gerente Nacional de Risco Operacional e Superintendente Nacional da SN de Risco Corporativo (5 anos). Desde agosto de 2017 exerce posição estratégica de Diretor Interino da Diretoria de Riscos. Há mais de dez anos é representante CAIXA em comissões externas relacionadas à Gestão de Riscos, atualmente é membro titular da subcomissão de Riscos de Crédito e Capital e da Comissão de Gestão de Riscos da FEBRABAN. Possui experiência em diversos trabalhos acerca de Risco Operacional, é certificado pela ISO 31000 (Gestão de Riscos), bem como em certificações de investimentos (CPA20) e formação de Conselheiro de Administração pelo IBCG (2018). Atua há mais de 15 anos como Gestor. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>		

Nome	Diogo Ciuffo da Silva	CPF	087.004.747-70
Data de Nascimento	25/02/1980	Profissão	Economista
Órgão Administração	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Vice Presidente Cons. de Administração
Data de Eleição	19/02/2020	Data de posse	19/02/2020
Prazo do mandato	Até a 1ªRCA após AGO de 2022	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não há.		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	<p>Atualmente, é Diretor do Banco PAN, tendo passado também pelo cargo de Superintendente Executivo do Banco Digital e Novos Negócios da mesma instituição. É Bacharel em Economia pela PUC-Rio e possui MBA pela FGV. Ao longo da sua carreira, trabalhou no Banco BBM e Brasil Plural, onde passou pelas áreas de Crédito Corporate e Tesouraria. Ingressou no Banco PAN em 2011 como head da área de Empresas e em 2016 passou a ser responsável pela Tesouraria e Captação do Banco. Desde janeiro de 2019 lidera a iniciativa do Banco Digital. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.</p>		

Nome	Mauro Dutra Mediano Dias	CPF	122.531.947-19
Data de Nascimento	23/03/1987	Profissão	Engenheiro
Órgão Administração	Pertence apenas à Diretoria	Cargo eletivo ocupado	Diretor de Relações com Investidores
Data de Eleição	03/03/2020	Data de posse	03/03/2020
Prazo do mandato	Até a 1ª RCA após a AGO de 2021	Foi eleito pelo controlador	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor:	Não há		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:	<p>Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sr. Dutra iniciou sua carreira profissional na Vale S.A.. Ingressou no BTG Pactual em 2011, onde liderou a área de crédito e participou da criação e crescimento de diversos negócios, como Corporate Lending (Brasil e América Latina), Special Situations, Seguros, Derivativos e, mais recentemente, Digital Retail Unit. Declara, para todos os fins de direito que (a) nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de (i) qualquer condenação criminal, (ii) qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial; e (b) não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme definição constante da Instrução CVM 301.</p>		

12.7/8 - COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS

Justificativa para a não prestação da informação:

A Companhia é integrante do conglomerado do Banco PAN S.A., motivo pelo qual o Comitê de Auditoria e o Comitê de Remuneração instituídos pelo Banco PAN S.A., instituição líder do Conglomerado, analisam também as informações da Companhia, conforme os regulamentos e normas vigentes.

12.12 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**Assembleia Gerais**

Abaixo, as informações sobre o quórum de instalação das Assembleias Gerais realizadas pela Companhia nos últimos 3 exercícios sociais. Informamos que todas as Assembleias foram instaladas em primeira convocação:

Ato	Deliberação	Data	Quórum Capital Social Total
AGOE	Em Assembleia Ordinária, deliberar sobre: (a) contas dos administradores, com exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (b) destinação de resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Em Assembleia Extraordinária, deliberar sobre: (a) retificação do item “i” da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2016, para fazer constar que o montante global da remuneração fixa dos administradores aprovada referia-se ao ano de 2016 e não 2015, com ratificação de todos os seus demais termos e condições; e (b) autorização à Diretoria da Companhia de praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia.	28/4/2017	100%
AGE	Deliberar sobre a fixação da remuneração global anual máxima dos membros da Administração da Companhia.	24/4/2017	100%
AGE	Deliberar pela eleição do Sr. Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.	1/2/2018	100%
AGE	Deliberar pela eleição do Sr. Carlos Eduardo da Silva Monteiro, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.	19/3/2018	100%
AGO	Deliberar sobre: (i) contas dos administradores, com exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) destinação do resultado da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e (iii) autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária.	27/4/2018	100%

AGO	Deliberar sobre: (i) contas dos administradores, com exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) destinação de resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (iii) pagamento de dividendos; (iv) eleição dos Membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) autorização à Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Ordinária.	26/4/2019	100%
AGE	Deliberar sobre: (i) Eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) Autorização à Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária.	6/9/2019	100%
AGE	Deliberar sobre: (i) Eleição de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (ii) Autorização à Diretoria da Companhia para a prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária.	19/2/2020	100%
AGO	Deliberar sobre: (i) Contas dos administradores, com exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) Destinação de resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (iii) Pagamento de dividendos; e (iv) Autorização à Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Ordinária.	30/4/2020	100%

13.2 - REMUNERAÇÃO TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DIRETORIA ESTATUTÁRIA E CONSELHO FISCAL

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2020 até 31/12/2020	0,00

Pertence apenas à Diretoria

Nº de membros	3,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

Exercício Social	Total da Remuneração
01/01/2020 até 31/12/2020	0,00

Pertence apenas ao Conselho de Administração

Nº de membros	3,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		

Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			
Exercício Social		Total da Remuneração	
01/01/2019 até 31/12/2019		0,00	

Pertence apenas ao Conselho de Administração			
Nº de membros	3,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			
Exercício Social		Total da Remuneração	
01/01/2018 até 31/12/2018		0,00	

Pertence apenas ao Conselho de Administração			
Nº de membros	3,00	Total da remuneração	0,00
Salário ou pró-labore	0,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00

Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			
Exercício Social		Total da Remuneração	
01/01/2017 até 31/12/2017		1.167.796,00	

Pertence apenas ao Conselho de Administração

Nº de membros	3,25	Total da remuneração	1.167.796,00
Salário ou pró-labore	1.167.796,00	Benefícios diretos e indiretos	0,00
Participações em comitês	0,00	Outros valores fixos	0,00
Descrição outros remunerações fixas:			
Bônus	0,00	Participação em reuniões	0,00
Participação em reuniões	0,00	Comissões	0,00
Outros valores variáveis	0,00		
Descrição outros remunerações variáveis			
Pós-emprego	0,00	Cessação do cargo	0,00
Baseada em ações	0,00		
Observação:			

13.13 - PERCENTUAL NA REMUNERAÇÃO TOTAL DETIDO POR ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0,00%

13.15 - REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL RECONHECIDA NO RESULTADO DE CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, DE SOCIEDADES SOB CONTROLE COMUM E DE CONTROLADAS DO EMISSOR

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Valores pagos pelos Controladores diretos e indiretos ou Sociedades sob Controle Comum			
Órgão	2017	2018	2019
Conselho de Administração	0	0	0
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

Não há.

15.1 / 15.2 - POSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Banco Pan S.A.	59.285.411/0001-13	100,000000	0	100,000000
Tipo pessoa	Jurídica			
Nacionalidade	Brasileira		UF	SP
Participa de acordo de acionistas	Não		Acionista controlador	Sim
Data de composição do capital social			Data da última alteração	30/09/2015
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	77.864.966,00			
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000			
Qtde. total de ações (Unidade):	77.864.966,00			

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Outros		0,000000	0	0,000000
Tipo pessoa	Nenhum			
Nacionalidade			UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não		Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social			Data da última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	0			
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000			
Qtde. total de ações (Unidade):	0			

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
-----------	------------------------------	--------------------	-----------------------	------------------

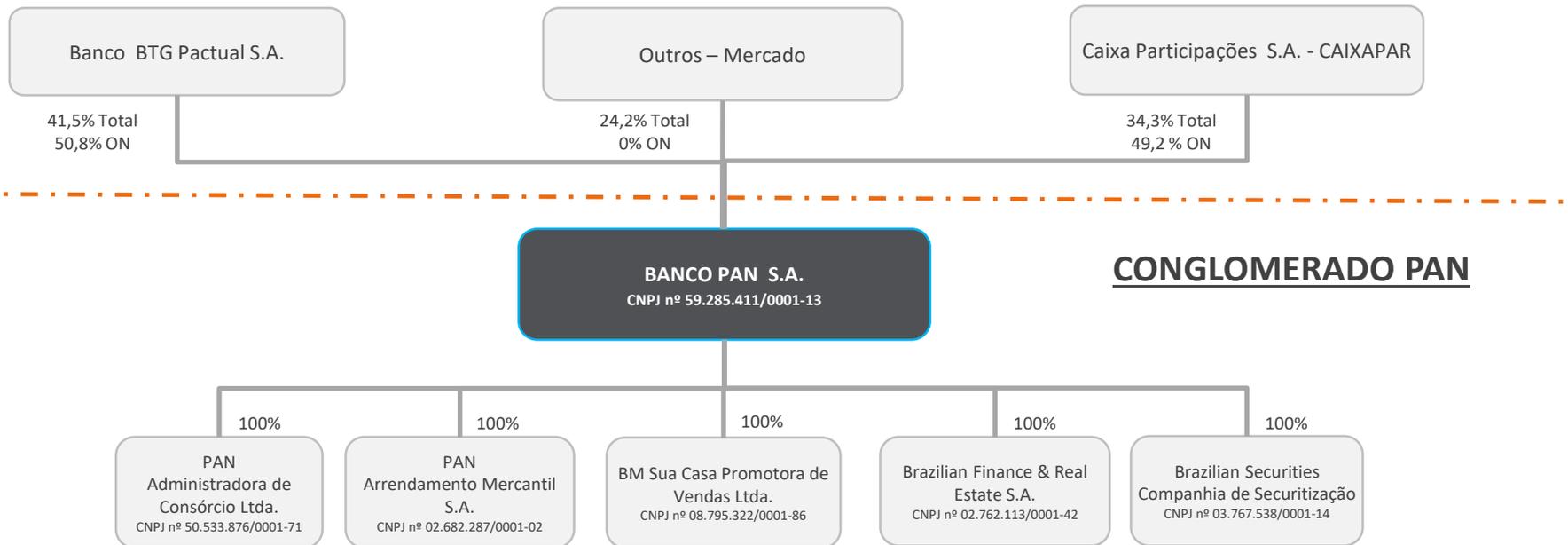
AcoesTesouraria	0,000000	0	0,000000
Tipo pessoa	Nenhum		
Nacionalidade		UF	None
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não
Data de composição do capital social		Data da última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	0		
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000		
Qtde. total de ações (Unidade):	0		

Acionista	C.P.F./C.N.P.J. do Acionista	Ações Ordinárias %	Ações Preferenciais %	Total de Ações %
Total		100,000000	0	100,000000
Tipo pessoa	Nenhum			
Nacionalidade		UF	None	
Participa de acordo de acionistas	Não	Acionista controlador	Não	
Data de composição do capital social		Data da última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidade)	77.864.966,00			
Qtde. ações preferenciais (Unidade):	0,000000			
Qtde. total de ações (Unidade):	77.864.966,00			

15.3 - DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL

Data da última assembléia	30/04/2020	Quantidade de acionistas pessoa física (Unidade)	0
Quantidade de acionistas pessoa jurídica (Unidade)	1	Quantidade de investidores institucionais (Unidade)	0
Ações em Circulação			
Quantidade ordinárias (Unidade)	0	% ordinárias	0
Quantidade preferenciais (Unidade)	0	% preferenciais	0
Total (Unidade)	0	% total	0

Organograma – Conglomerado PAN



15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas.

Não há operações societárias ocorridas nos 3 últimos exercícios sociais.

15.8 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

16.1 - DESCRIÇÃO DAS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

As transações realizadas com partes relacionadas à Companhia são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642, de 07/10/2010 e pela Resolução nº 4.636, de 22/02/2018 do CMN.

16.2 - INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

Parte Relacionada	Caixa Econômica Federal		
Relação com o emissor	Controladora indireta		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Disponibilidades
Montante envolvido	1149669.27	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000
Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Disponibilidades
Montante envolvido	8137.39	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000
Parte Relacionada	Caixa Econômica Federal		
Relação com o emissor	Controladora Indireta		

Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Disponibilidades
Montante envolvido	765555.89	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador Direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Disponibilidades
Montante envolvido	2723.59	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Certificado de depósito bancário
Montante envolvido	143917981.23	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	

Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Valores a receber de sociedades ligadas
Montante envolvido	192458.20	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Operação de credito cedida ao Banco Pan.
Montante envolvido	824253.65	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
-------------------	----------------	--	--

Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2018	Objeto contratado	Dividendos a pagar
Montante envolvido	432077.90	Saldo existente	-
Montante			
Garantias e seguros		Duração	
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão			
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Caixa Econômica Federal		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Disponibilidades
Montante envolvido	1258679.54	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	vencimento em 01/01/2020
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Disponibilidades
Montante envolvido	8949.43	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		

Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	vencimento em 01/01/2020
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Certificados de depósito bancário – CDB
Montante envolvido	155452404.53	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	Indeterminado
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Valores a receber
Montante envolvido	903886.84	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	vencimento em 01/01/2020
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Cessão de crédito
Montante envolvido	1345168.58	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	venciemnto em 01/01/2020
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador		
Data transação	31/12/2019	Objeto contratado	Dividendos a pagar
Montante envolvido	251419.92	Saldo existente	-
Montante	Não se aplica		
Garantias e seguros	Não se aplica	Duração	vencimento em 31/12/2020
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	Não se aplica		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Valores a pagar
Montante envolvido	127000.00	Saldo existente	-

Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Sim		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Operação de crédito cedida ao Banco PAN, valores serão repassados em janeiro de 2018
Montante envolvido	1136000.00	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Dividendos a pagar
Montante envolvido	2259831.71	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		

Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000
Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Valores a receber de sociedades ligadas
Montante envolvido	300595.37	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

Parte Relacionada	Banco Pan S.A.		
Relação com o emissor	Controlador direto		
Data transação	31/12/2017	Objeto contratado	Certificado de depósito bancário
Montante envolvido	111562033.49	Saldo existente	-
Montante	N/A		
Garantias e seguros	N/A	Duração	N/A
Empréstimo ou outro tipo de dívida	Não		
Rescisão	N/A		
Natureza e razão para a operação		Taxa juros cobrados	0,000000

16.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS MEDIDAS TOMADAS PARA TRATAR DE CONFLITOS DE INTERESSES E DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER ESTRITAMENTE COMUTATIVO DAS CONDIÇÕES PACTUADAS OU DO PAGAMENTO COMPENSATÓRIO ADEQUADO

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. medidas tomadas pela Companhia para tratar de conflitos de interesses

A Companhia tem buscado constantemente melhorar e manter os níveis de governança corporativa, além de buscar adotar as melhores práticas de governança corporativa recomendadas ou exigidas pela legislação aplicável em vigor. Como regra geral, todas as decisões acerca das operações da Companhia são submetidas à administração, conforme as competências definidas no estatuto social, sendo que as operações que envolvam partes relacionadas são tratadas de forma independente, buscando alcançar condições e resultados análogos aos atingidos em condições de mercado.

Havendo potencial conflito de interesse sobre qualquer matéria submetida à análise de órgão deliberativo da Companhia em relação a algum membro integrante do respectivo órgão competente para deliberar sobre a matéria, é observado o disposto na Lei das Sociedades Anônimas, devendo o respectivo membro abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação ou conflito de interesse com a matéria em exame.

b. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas descritas nesta seção, se houver, foram realizadas em função do bom relacionamento comercial e condições favoráveis de prazo e remuneração, sempre tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades da Companhia e a observância às condições de mercado.

16.4 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações relevantes que não informadas nos itens anteriores.

17.1 - INFORMAÇÕES SOBRE O CAPITAL SOCIAL

Tipo de Capital	Capital Emitido		
Data da autorização ou aprovação	30/09/2015	Valor do capital	174.201.387,97
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	77.864.966,00
Qtde. ações preferencias	0	Qtde. total de ações	77.864.966,00

Tipo de Capital	Capital Subscrito		
Data da autorização ou aprovação	30/09/2015	Valor do capital	174.201.387,97
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	77.864.966,00
Qtde. ações preferencias	0	Qtde. total de ações	77.864.966,00

Tipo de Capital	Capital Integralizado		
Data da autorização ou aprovação	30/09/2015	Valor do capital	174.201.387,97
Prazo de integralização		Qtde. ações ordinárias	77.864.966,00
Qtde. ações preferencias	0	Qtde. total de ações	77.864.966,00

17.5 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido prestadas anteriormente.

Os valores mobiliários emitidos pela Companhia são admitidos a negociação na B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 – Negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - TÍTULOS EMITIDOS NO EXTERIOR

Justificativa para a não prestação da informação:

A Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

As ofertas publicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor, realizadas nos últimos 3 exercícios sociais estão informadas no quadro 18.5.

Não há informações relevantes adicionais a serem informadas neste item.

19.1 - DESCRIÇÃO - PLANOS DE RECOMPRA

Justificativa para a não prestação da informação:

Não houve plano de recompra aprovado nos últimos três exercícios sociais.

Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Não há informações relevantes adicionais a serem divulgadas neste item.

20.1 - DESCRIÇÃO - POL. NEGOCIAÇÃO

Informações política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

Não há informações relevantes adicionais a serem divulgadas neste item.

Não há informações relevantes adicionais a serem divulgadas neste item.